Os papas têm insistido para que os católicos participem da vida pública, sem medo, com reta intenção de buscar o bem comum, e não o seu interesse particular ou o de algum grupo.

A Gaudium et Spes (n. 75), diz:

"Lembrem-se portanto todos os cidadãos ao mesmo tempo do direito e do dever de usar livremente seu voto para promover o bem comum. A Igreja considera digno de louvor e consideração o trabalho daqueles que se dedicam ao bem da coisa pública a serviço dos homens e assumem os trabalhos deste cargo."

O Papa João Paulo II disse na "Christifidelis laici" (n.42):

"Para animar cristãmente a ordem temporal, no sentido que se disse de servir a pessoa e a sociedade, os fiéis leigos não podem absolutamente abdicar da participação na « política », ou seja, da múltipla e variada ação econômica, social, legislativa, administrativa e cultural, destinada a promover orgânica e institucionalmente o bem comum. Como repetidamente afirmaram os Padres sinodais, todos e cada um têm o direito e o dever de participar na política, embora em diversidade e complementaridade de formas, níveis, funções e responsabilidades. As acusações de arrivismo, idolatria de poder, egoísmo e corrupção que muitas vezes são dirigidas aos homens do governo, do parlamento, da classe dominante ou partido político, bem como a opinião muito difusa de que a política é um lugar de necessário perigo moral, não justificam minimamente nem o cepticismo nem o absenteísmo dos cristãos pela coisa pública".

O Catecismo da Igreja (§899) diz:

"A iniciativa dos cristãos leigos é particularmente necessária quando se trata de descobrir, de inventar meios para impregnar as realidades sociais, políticas e econômicas com as exigências da doutrina e da vida cristãs. Esta iniciativa é um elemento normal da vida da Igreja."

Falando aos bispos da Itália nos 150 anos de unidade do país, o Papa Bento XVI fez um apelo a que os prelados alentem os católicos a participar da vida pública.

"A fé, de fato, não é alienação: são outras as experiências que contaminam a dignidade do homem e a qualidade da convivência social". (26 de maio de 2011 - ZENIT.org)

O Papa pediu aos bispos que estimulem os fiéis leigos a "vencer todo espírito de fechamento, distração e indiferença, e a participar em primeira pessoa na vida pública", para construir uma sociedade que respeite plenamente a dignidade humana. Bento XVI insistiu na importância das "iniciativas de formação inspiradas na doutrina social da Igreja, para que quem esteja chamado a responsabilidades políticas e administrativas não seja vítima da tentação de explorar sua posição por interesses pessoais ou por sede de poder".

No Parlamento Alemão, em (22/9/2011) ele disse: "a "motivação" para

ingressar na vida pública não deve ser o "sucesso" e nem os "bens materiais", mas sim, a luta pela justiça e pela paz".

A política é a forma do Estado fazer caridade, atender ao bem comum; atender os mais necessitados, mas infelizmente a política foi corrompida pelos maus; mas nem por isso deixa de ser boa. Nela o cristão deve ser "o sal da terra e a luz do mundo".

Estamos diante de uma triste situação política que os católicos não podem ignorar; nossas instituições estão fragilizadas: o Judiciário passou a fazer leis no lugar do Legislativo anêmico, e o Executivo tem comando sobre ambos, e assim vivemos numa democracia frágil, facilmente dominada pela corrupção e interesses espúrios.

Os políticos são, em sua maioria, eleitos por cooperações, partidos e empresas, igrejas, que formam os lobbies, bancadas interesseiras, e quase ninguém trabalha de fato pelo "bem comum". Os segmentos e corporações que pagam as campanhas políticas dos candidatos, depois cobram deles alto preço. E quem trabalha pelo bem comum?

O Deputado estadual Roque Barbiere (PTB), disse que 25% a 30% dos 94 membros da Assembleia Legislativa de São Paulo vendem emendas parlamentares e fazem lobby para empresas: "Tem um belo grupo que vive, sobrevive e enriquece fazendo isso". Muda a "praça", continua a prática dos "interesses pessoais". (Folha SP, 27/7/2011 - Eliane Castanhede)

A Revista Veja (edição 2235 - ano 44 n.38 - 21/9/2011) disse que 6,89 bilhões de reais é o que pode ter sido desviado dos cofres públicos entre janeiro de 2002 e junho de 2011 segundo a Controladoria Geral da União. "São 720 bilhões de reais roubados nos últimos 10 anos". 19% municipal; 30% estadual; 51% federal.

Segundo a Transparência Internacional, o Brasil comparece como um dos países mais corruptos do mundo. Sobre 91 analisados, ocupa o 69% lugar. Aqui ela é histórica, foi naturalizada, é considerada

com um dado natural, e goza de ampla impunidade. Os
dados são estarrecedores: segundo a Fiesp (Federação das Indústrias de
São Paulo) anualmente ela representa 84.5 bilhões de reais. Se esse
montante fosse aplicado na saúde subiriam em 89% o número de leitos
nos hospitais; se na educação, poder-se-iam abrir 16 milhões de novas
vagas nas escolas; se na construção civil. Poder-se-iam construir
1,5 milhões de casas.

Roberto Pompeu de Toledo escreveu em 1994 na Revista Veja: "Hoje sabemos que a corrupção faz parte de nosso sistema de poder tanto quanto o arroz e o feijão de nossas refeições".

Mas sabemos que "o poder corrompe" e o que "o poder absoluto corrompe absolutamente". Estamos vivendo esse extremo.

Então, o católico, convertido de verdade, que age por amor a Deus, com reta intenção, precisa entrar na vida pública.

Estamos vendo a imoralidade campear nas leis: o PL 122 pretende aprovar o casamento de pessoas do mesmo sexo, o governo tentou introduzir nas escolas o "kit gay", a manipulação de embriões foi aprovada pelo STF, pretende-se a legalização da maconha, da prostituição e da eutanásia no novo Código Penal; cartilhas obscenas para crianças e, camisinhas são distribuídas nas escolas; o aborto está sempre na mira de aprovação. Nega-se a lei de Deus e a lei natural.

Aos poucos, os políticos e os partidos "espertos" vão dominando tudo: os

políticos fracos são aliciados com emendas e dinheiro fácil, a UNE é aliciada com eventos, cotas e bolsas, as Centrais Sindicais são satisfeitas com as contribuições sindical obrigatórias, as ONGs gastam o dinheiro do governo, os Movimentos Sociais são atendidos adequadamente com verbas, os pobres dominados com assistencialismo enganador, e o povo que, na sua maioria não lê e não tem senso crítico, é dominado com pão e circo.

Empurram-se com a barriga as urgentes reformas: política, tributária, trabalhista, educacional, etc.

Nós católicos precisamos deixar de viver apenas de "equipes de consolo mútuo", onde cada um chora nos ombros dos outros as desgraças citadas, e não fazemos nada, não nos mobilizamos. Já é ora de nos organizarmos, nos unirmos e fazermos uma ação política conjunta, alicerçada na Doutrina Social da Igreja, para a transformação da sociedade segundo a vontade de Deus. Não podemos mais ser católicos só de igreja e de sacristia; o lugar do leigo é o mundo e não o interior da igreja. Muitos de nós gosta de ser "ministros", mas foge da cristianização da política.

Marthin Luther King, o pastor negro americano assassinado em 1963, disse: "Não tenho medo do grito dos violentos, dos corruptos, dos desonestos, dos sem-caráter, dos sem-ética. Tenho medo é do silêncio dos bons".
Isso cabe muito bem para nós católicos acomodados; satisfeitos apenas com a missa e as orações.

Assim, é necessário que os católicos se organizem em associações, uniões e institutos com o objetivo de preparar candidatos católicos para atuarem na política, com reta intenção, buscando apenas o bem comum, sem se deixarem corromper pelo sistema apodrecido que ai está. Para isso é necessário homens e mulheres cheios do Espírito Santo e consagrados a Nossa Senhora, dispostos a dar a vida pelo bem dos irmãos na vida pública, como nossos Pastores têm pedidos.

Prof. Felipe Aquino